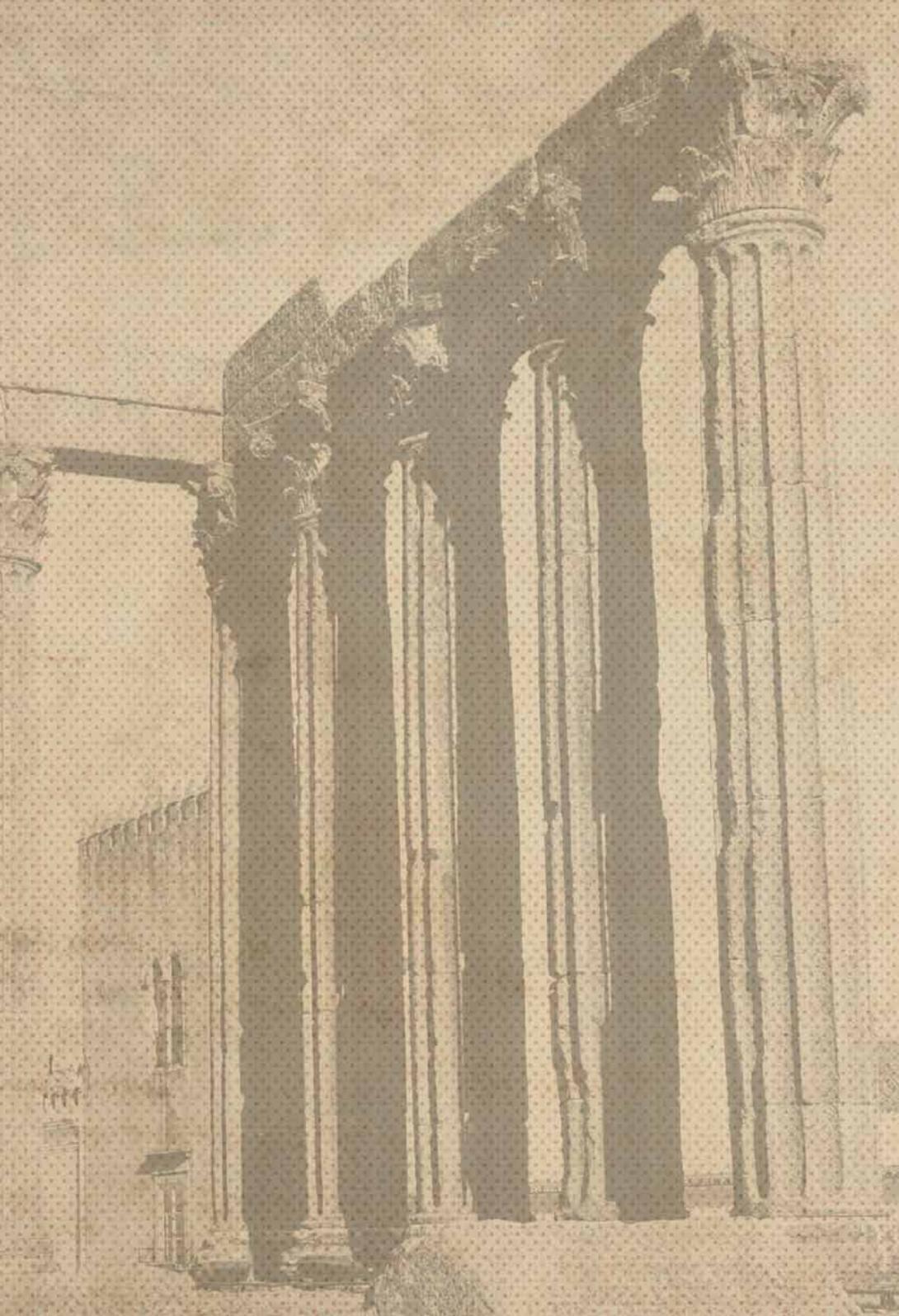


arquivo
municipal
cadernos

Nº 4



Évora, Património Mundial

O caminho para a classificação de Évora a Património Mundial começou a ser traçado 3 anos antes da classificação. Os primeiros contactos entre a Câmara Municipal e a UNESCO foram em 1983, mas só em 1984 foi formalizada a candidatura. A 25 de Novembro de 1986 é classificada pela UNESCO como Património Mundial.

Assim, faz 25 anos que o centro histórico de Évora foi inscrito na lista de bens excepcionais em relação aos quais a Humanidade tem responsabilidades acrescidas na protecção e valorização, cabendo à cidade a garantia da sua integridade.

Com a exposição "Évora Património Mundial – 25 Anos de Classificação" pretendemos reflectir sobre o que aconteceu nestes 25 anos e as suas inevitáveis repercussões.

//A CLASSIFICAÇÃO PELA UNESCO

A 25 de Novembro de 1986 o Centro Histórico de Évora foi classificado Património da Humanidade pela UNESCO em reunião do respectivo Comité havida na sua sede em Paris. A cidade recebeu a distinção com grande orgulho e celebrou o reconhecimento do grande valor patrimonial que todos, no seu conjunto tinham ajudado a preservar.

Mais concretamente a decisão assentou no facto de Évora ser o melhor exemplo de cidade da idade do ouro portuguesa, após a destruição de Lisboa pelo terramoto de 1755 e ainda porque só a paisagem de Évora permite compreender actualmente a influência exercida pela arquitectura no Brasil como, por exemplo, em cidades como S. Salvador da Baía. Realçava-se ademais que no interior das suas muralhas se achava contido um conjunto arquitectónico de grande homogeneidade, não obstante a grande disparidade de estilos característicos dos povos que a haviam habitado e dela faziam um caso singular num espaço urbano tão vasto. E a municipalidade da altura soube ler bem os sinais dos tempos. Em 1982 é criado o Núcleo do Centro Histórico de Évora. Filipe Marchand, primeiro director daquele departamento recorda que o primeiro passo dado consistiu na elaboração de um Programa de Recuperação do Centro Histórico, o qual foi antecedido de um estudo metodológico, cujo objectivo “era valorizar o património herdado dos nossos avós e melhorar as condições na zona antiga da cidade”.

Concluído este dá-se então início a uma série de pequenas intervenções urbanísticas, habitacionais e sócio-culturais que despertam a cidade da sua letargia e acomodamento.

Depois de se ter inteirado dos pressupostos necessários à apresentação de uma candidatura a Património Mundial a Câmara contacta em 1983 com a UNESCO para aquilatar das eventuais possibilidades de classificar no domínio cultural. A resposta foi promissora e a UNESCO aceitou mesmo participar conjuntamente com o município numa intervenção a ter lugar na zona envolvente do Largo do Chão das Covas.

Concluída a obra com sucesso e porque o levantamento artístico e monumental, rigoroso e minucioso, do Centro Histórico estava feito por parte do inesquecível Túlio Espanca, a Câmara no ano seguinte apresentou a sua candidatura ao Instituto Português do Património Cultural que por sua vez a apresentou à UNESCO através do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em 25 de Novembro de 1986 a UNESCO considerava o Centro Histórico de Évora como Património Cultural.



//RUAS, PORTAS, LARGOS, JANELAS E JARDINS

Tanto quanto os seus monumentos também as ruas de Évora sempre fascinaram quem nos visita ainda que os autóctones passem por elas com a indiferença de quem as vê todos os dias e as calcorreou desde sempre.

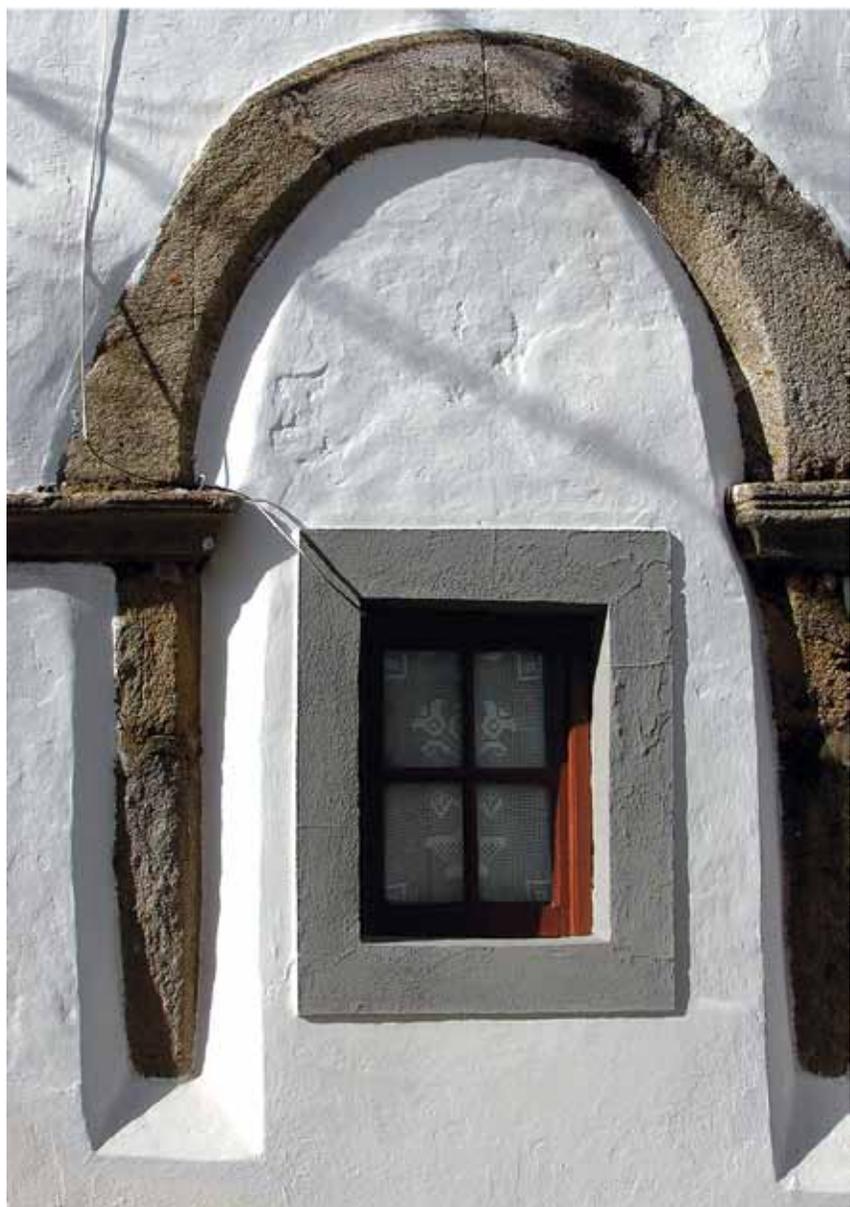
Com a instauração da República muitos dos nomes medievais das principais artérias do espaço intra-muros foram substituídos por acontecimentos ou personagens relacionados com aquele movimento revolucionário.

Só a partir daí se deu um impulso sério no sentido de se proceder à pavimentação de todas as artérias. Nas principais porém o antigo empedrado foi dando lugar ao calcetamento por paralelepípedos de granito, de superfície bem mais regular. A Praça de Giraldo e as ruas Rua João Deus (antiga rua Ancha) e da República (antes Rua do Paço) receberam a inovação em 1949, ano também em que as arcadas passaram a ter o piso revestido a lajedo granítico, retirando-se a calçada portuguesa, a preto e branco.

Entre os largos evidenciavam-se como ainda hoje o Largo das Portas de Moura com a sua artística e conhecida fonte; o Largo Conde de Vila Flor (D. Sancho Manuel de Vilhena, general, herói da Guerra da Restauração nas batalhas de Ameixial, Linhas de Elvas e Montes Claros e valoroso defensor de Évora) situado em plena Acrópole; o Largo de Avis; o Largo das Alterações, onde em 1637 estalaram os tumultos contra o domínio castelhano, que precederam o 1º de Dezembro de 1640 e nos quais os revoltosos se ocultaram na figura popular do Manuelinho, o Largo Luís de Camões, grande centro de convívio e de discussão política da cidade e o antiquíssimo Largo do Chão das Covas, noutros tempos esburacado por silos improvisados onde se guardava o cereal para o fabrico do pão.

Uma deambulação atenta pelo Centro Histórico permitirá ainda verificar a existência de múltiplas janelas de arte mudéjar (estilo gótico-manuelino assente em modelos muçulmanos. As mais deslumbrantes são a da Casa de Garcia de Resende, na rua de S. Manços (Monumento Nacional), a da rua da Moeda, as do Palácio dos Condes de Basto e do Palácio de D. Manuel, a do pequeno Largo de S. Vicente e os arcos do Mirante da Casa Cordovil no Largo das Portas de Moura. Dignos de apreciação são também as varandas, as janelas de sacada e os oitocentistas candeeiros de ferro forjado que podem ser vistos em todas as ruas e ajudam a manter o selo de ancestralidade da cidade.

Sem esquecermos as casas – páteo, espalhadas por muitos recantos mas mais frequentes nas zonas baixas que correm para a antiga porta do Rossio, a cidade também se enriqueceu no final do século XIX com belos e pitorescos jardins, criados nos terreiros ou nas hortas que circundavam os conventos.



//AS INEVITÁVEIS REPERCUSSÕES

A classificação de Évora como Cidade Património Mundial veio agitar as águas e recolocar na ordem do dia a necessidade de preservação ou regeneração do património histórico e cultural das antigas e singulares urbes nacionais. Todos de imediato se aperceberam que uma distinção internacional de tal monta, traria para a cidade uma visibilidade e uma procura turística que parecia com tendência para estagnar, não obstante a cidade manter intactas todas as suas características anteriores.

A um ritmo imprevisível a capacidade hoteleira da cidade decuplicou em número de camas e sextuplicou em número de unidades de qualidade superior ou média. De igual modo bancos e seguradoras lançaram-se à conquista de espaços nas zonas mais nobres do Centro Histórico para instalarem as suas filiais e delegações.

Outra entidade que contribuiu e muito para a salvaguarda do património cultural da cidade foi a Universidade.

Ainda neste período foi recuperada parte dos antigos celeiros da EPAC (Empresa Pública de Abastecimento de Cereais) para dar lugar ao Centro Comercial Eborim, entretanto desactivado.



//AS BOAS PRÁTICAS DE RECUPERAÇÃO

No campo da recuperação do casario do celebrado Centro Histórico nem só as grandes instituições públicas ou privadas se têm distinguido. Principalmente na última década vários têm sido os proprietários antigos ou mais recentes, estes por via da aquisição de imóveis devolutos, que se têm empenhado em promover a reabilitação dos respectivos fogos, tendo em vista nomeadamente a habitação ou a pequena actividade terciária.

Se bem que o número de prédios encerrados e em fase de degradação ainda continue a ser relativamente elevado, há já um conjunto das recuperações (conservação e restauro) dignas dos melhores encómios constituindo inclusive exemplos de boas práticas de intervenção no tecido urbano medieval. A melhor referência nesta matéria vai para o prédio gaveto da Rua 5 de Outubro com a Rua da Alcárcova de Baixo, apanhando pequena parte da muralha e destinado ao sector terciário. Bem espectacular apresenta-se igualmente a acção de regeneração levada a cabo no edifício gaveto entre a Praça 1º de Maio e a Rua Romão Ramalho. De muito mérito é também considerada a obra de recuperação da Pensão Policarpo, efectuada com algum risco num prédio do século XVI com entrada pela Rua da Freiria de Baixo, uma das mais antigas do Centro Histórico.



//AS MODERNAS INTERVENÇÕES

A tábua de salvação para as diversas manchas do Centro Histórico a reclamarem obras urgentes visando a sua regeneração foi encontrada no PROCOM (Programa de Urbanismo Comercial), da responsabilidade da Secretaria de Estado do Comércio e do Turismo e financiado no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio pela Comissão Europeia e pelo Governo Português. Criado em 1994, este instrumento de apoio financeiro despertou a atenção da Câmara Municipal e da Associação Comercial de Évora que se uniram sob a designação de EVORACOM.

Beneficiárias do EVORACOM vieram a ser várias ruas e largos. O essencial da regeneração destas artérias consistiu nos alargamento dos passeios tendo em vista uma superior utilização pedonal em termos de segurança, no acesso em melhores condições às transversais e nas substituições no pavimento das mais batidas pelos transeuntes que viram a sua consistência reforçada com introdução do lajeado em granito ou de cubos do mesmo material quase sempre dispostos em fiada, muito pontualmente em espinha.

Paralelamente a edilidade procedeu a outras obras de requalificação urbana, com financiamento próprio e do Fundo de Turismo, como foram a colocação de papeleiras, a colocação de contentores de lixo enterrados e a colocação de painéis de informação institucional e também a correcção das redes de esgotos e da água. Com a contribuição de verbas do PROSIURB (Programa de Reaqualificação Urbana e Valorização Ambiental) foi criado um parque de estacionamento subterrâneo na Praça Joaquim António de Aguiar de 118 lugares, para minimizar a dificuldade de arrumar veículos motorizados no Centro Histórico.



//O PROGRAMA ACRÓPOLE XXI

Em fase de execução encontra-se o Programa Acrópole XXI, apoiado pelo QREN (Quadro de Referência Estratégico apoiado financeiramente por verbas comunitárias) que visa proceder à regeneração do Centro Histórico e que envolve em parceria onze entidades e instituições com o propósito assumido de imprimirem um novo dinamismo à cidade. São elas: a Câmara Municipal de Évora, a Fundação Eugénio d'Almeida, a Associação Comercial do Distrito de Évora, a Biblioteca Pública de Évora, o Cabido da Sé de Évora, a Direcção Regional da Cultura, a Fundação Inatel, o Museu de Évora, o Sistema Integrado de Transportes e Estacionamento de Évora, a Universidade de Évora e a Sociedade de Reabilitação Urbana Évora Viva.

No intuito de aproximar emocionalmente as pessoas à cidade e ao projecto a empresa Albuquerque Designing Business desenvolveu uma campanha de comunicação subordinada ao mote "évoraé" que se pode encontrar na internet, nas redes sociais, nos "mupis" municipais e acções de ruas



//OS INSTRUMENTOS FUNDAMENTAIS DE PROTECÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

O Regulamento Geral da Construção Urbana para a Cidade de Évora aprovado em 1937 veio disciplinar a edificação na urbe medieval onde se começavam a notar algumas alterações e outros tantos atropelos à sua traça característica.

Entretanto em 1934 o recém-criado Ministério das Obras Públicas, comandado pelo dinâmico engenheiro Duarte Pacheco, determinara a obrigatoriedade de todos os municípios passarem a dispor de Planos Gerais de Urbanização aprovados e autenticados pelo governo. Como a Câmara de Évora não dispunha de pessoal especializado para a sua realização, Duarte Pacheco designou o arquitecto francês de origem russa Étienne de Gröer para o conceber e gizar.

O Ante-Plano ou Plano Prévio de Étienne de Gröer não mexia por assim dizer no tecido urbano medieval mas versava predominantemente sobre o espaço extra-muros para o qual o franco-russo propunha uma expansão inspirada no movimento inglês da chamada cidade-jardim em que os subúrbios deveriam ser utilizados para novas habitações, não geminadas ou enfileiradas, inscritas em pequenos bairros e dispendo de espaços verdes em profusão.

Na cidade porém muitos edifícios emblemáticos encontravam-se arruinados, sendo a sua recuperação problemática e o Estado necessitava de encontrar espaços para alojar serviços essenciais à vida de então. É assim que sob a orientação e fiscalização da 3ª Secção (Sul) da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos, localizada desde 1937 no Convento dos Lóios se vão processar no interior das muralhas as primeiras demolições, restauros e reconversões controladas.



//O PIONEIRISMO DECISIVO DO GRUPO PRÓ-ÉVORA

Depois do 5 de Outubro de 1910 o novo regime extinguiu o Conselho dos Monumentos Nacionais. A reorganização dos respectivos serviços aconteceu no ano seguinte e veio a dividir o país em três circunscrições artísticas a que correspondiam os Conselhos de Arte e de Arqueologia de Lisboa, Porto e Coimbra, tendo por órgão de cúpula um Conselho Nacional.

Pormenorizando: a estes Conselhos estavam confiadas entre outras missões as de organizar exposições destinadas a estimular a actividade artística, proceder à aquisição de obras de arte e classificar os monumentos da sua circunscrição e zelar pela sua conservação. Esta última obrigação foi porém negligenciada pois apostou-se quase exclusivamente na criação de Museus seguindo-se a tendência verificada em toda a Europa. Preocupação idêntica ocorreu em Évora com a implantação do Museu Regional em 1915 e cujo processo foi bem complexo. Integrada na circunscrição artística de Lisboa, a urbe estava cingida aos interesses dos círculos bem pensantes da capital.

Nos finais da segunda década do século voltavam a pairar nuvens muito negras sobre o futuro de parte do património edificado da cidade que por não se encontrar classificado poderia ser demolido ou até mesmo vendido. No sentido de evitar que tal pudesse vir a acontecer uma série de cidadãos locais, inicialmente reunidos num grupo designado por Amigos do Museu resolveram alargar o âmbito do seu campo de intervenção e constituir o Grupo Pró-Évora, uma Associação de Defesa do Património da cidade sem fins lucrativos prometendo os seus membros empenhar-se no cumprimento integral dos objectivos assumidos.

O Grupo Pró-Évora deu-se por formado a 16 de Novembro de 1919 e teve como primeiros dirigentes Leonor Fernandes de Barahona Caldeira (presidente), Celestino David, Carlos Serra, José Serra, António Natividade (padre), Manuel Lopes Marçal e José Sebastião de Torres Vaz Freire que integravam a Direcção, e ainda por António Villas Boas, Domingos Vaz Madeira, Joaquim António Simões e Manuel António do Monte que compunham a Assembleia Geral

A actividade do grupo em torno dos objectivos traçados e o denodo colocado na sua concretização levou a que o Grupo fosse quase de imediato promovido a correspondente oficial da Comissão de Monumentos do Conselho de Arte e Arqueologia de Lisboa. De posse de tal estatuto vem a solicitar e a conseguir que sejam classificados em 1920 como Monumentos Nacionais as torres da Rua Nova, a torre pentagonal da Rua da Selaria e o arco de D. Isabel.

O ano seguinte é ainda marcado pela sua acção persistente e tenaz junto do Conselho de Arte onde pediu a classificação dos Conventos de S. Bento de Castris e do Calvário, parte do Convento dos Lóios não abrangida pela classificação de 1910, Igreja do Convento de Santa Clara, Caixa de Água da Rua Nova, Chafariz da Porta de Moura, Porta de Avis,

Palácio dos Condes de Basto, Torre sineira do Convento do Salvador e das Muralhas e Torres existentes na cerca fernandina.

A classificação como Monumento Nacional «de parte dos prédios militares que constam das antigas muralhas, portas extremas e da Porta da Alagoa e do Raimundo» foi proposta com suprema urgência pois tornava-se imperioso impedir a Câmara Municipal de as vender em hasta pública a que se seguiria a sua destruição.

Esta foi seguramente a maior vitória do Grupo Pró-Évora.



//AS PRIMEIRAS CLASSIFICAÇÕES E O PAPEL DE GABRIEL PEREIRA

Os naturais e os filhos adoptivos de Évora sempre tiveram consciência da monumentalidade da sua cidade, entendido o adjectivo qualificativo no seu mais histórico e lato significado de um espaço de assinalável concentração de monumentos. «A palavra latina *monumentum* remete para uma das funções do espírito, a memória.

Sabendo-se que *monumentum* é o gerúndio do verbo *monere* “fazer recordar” é fácil de concluir que o monumento nasce do desejo de celebrar e preservar a memória de um determinado facto ou acontecimento. E embora o grande culto pelo monumento só tenha aparecido no terceiro quartel do século XIX parece ter havido desde sempre na população aqui nada ou criada uma percepção temporã de que a cidade comportava uma acumulação continuada de edifícios que pertencendo a um passado comum marcavam a sua história enquanto comunidade. Só assim se justifica que um património cultural construído tão vasto e diverso, abrangendo vestígios dos diferentes povos que por ela passaram, tenha chegado aos nossos dias num estado quase exemplar de preservação e conservação.

Entretanto os escritores com particular destaque para Alexandre Herculano insistiam na urgência de fazer aprovar medidas tendentes à salvaguarda do património artístico e cultural português. Assim, um grupo de sete personagens decidiu em 1863 fundar a Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos com o objectivo de zelar e pugnar pela divulgação do património cultural português.

Évora, porém tomava a dianteira no processo de inventariação do património. Em 1871 o Governo Civil, por iniciativa do titular do cargo, Visconde de Guedes, faz editar, um pequeno “Roteiro da Cidade de Évora e breves notícias dos seus principais monumentos” numa acção pioneira em Portugal. E em 1884 o erudito Gabriel do Monte Pereira começa a publicar em 37 fascículos uma série de estudos sobre os monumentos da cidade que terminará em 1894. Da sua compilação resultou a obra intitulada “Estudos Eborenses – História e Arqueologia”, notável documento que situa a cidade no evoluir do seu passado histórico.



//Ficha Técnica:

PRODUÇÃO

Câmara Municipal de Évora/Arquivo Municipal
DCRE/ DPT /DOMEM/DCHE

COORDENAÇÃO

Maria do Rosário Martins

TEXTOS

José Frota

CONCEPÇÃO GRÁFICA

Francisco Bilou

COLABORAÇÃO

Carlos Baioneta de Almeida

CONSTRUÇÃO E MONTAGEM

COORDENAÇÃO

Pedro Vieira

CARPINTARIA

Felisberto Gomes
Jacinto Patrão

PINTURA

Manuel Amante

MULTIMÉDIA

Dinis Pereira
Joaquim Oliveira

AGRADECIMENTOS

Carlos Borrvalho
DAC – Desenho Assistido por Computador, Lda.
Jacinto Cabo
Susana Morte



CÂMARA MUNICIPAL
DE ÉVORA

Jul. '12

